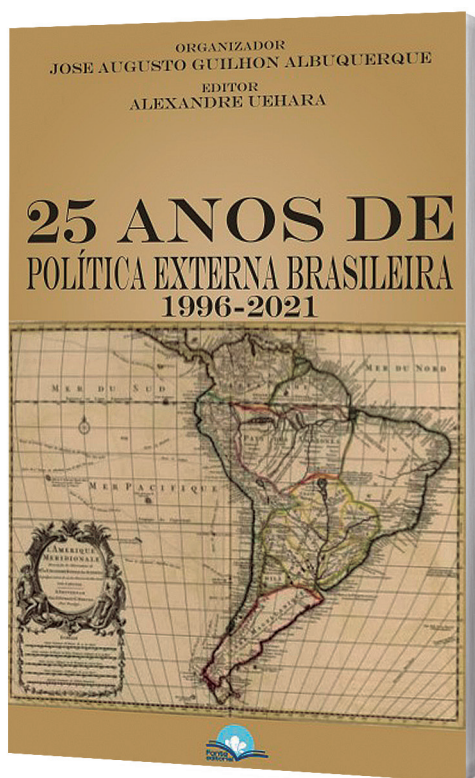


livros



Diplomacia e progresso

Wagner Kotsura

25 anos de política externa brasileira (1996-2021), de José Augusto Guilhon Albuquerque (org.) e Alexandre Uehara (ed.), São Paulo, Fonte Editorial, 2023, 547 p.

Coincidindo com a atual emergência do Brasil no cenário internacional, marcada pelo papel de destaque exercido nos principais foros de discussão dos grandes temas mundiais (segurança, comércio, meio ambiente, trabalho), o mercado editorial registra um importante lançamento: *25 anos de política externa brasileira (1996-2021)*. Como informa o título, trata-se de um estudo sobre a diplomacia nos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro, com um olhar aprofundado e crítico em relação às nuances de cada período, determinadas pelo estilo e pelas opções de cada governante.

Em 526 páginas, divididas em Introdução, 19 Capítulos e Conclusões Finais, 28 especialistas nacionais e do exterior examinam à exaustão os diferentes e inúmeros caminhos percorridos pelo Itamaraty,

a partir de três grandes blocos temáticos: paradigmas da política externa brasileira, a política externa brasileira vista do exterior, relações regionais e bilaterais.

Nessa viagem histórico-geográfica, cada escala é um mergulho no conhecimento. Os temas se complementam: relações comerciais, a formação de recursos para diplomacia, a política de segurança internacional e as operações de paz, política comercial e climática. E as regiões se espalham: EUA, América Latina (Argentina e países andinos), África, China, Japão, Europa e Oriente Médio.

Como explicam os professores da USP Alexandre Uehara, editor, e José Augusto Guilhon Albuquerque, organizador, este livro “se inspira e dá sequência ao livro em quatro tomos *60 anos de política externa brasileira (1930-1990)*, editado pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da

WAGNER KOTSURA é jornalista, com experiência em mídia impressa (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*) e telejornais (SBT e TV Record).

USP, que completou 25 anos de publicação em 2022”. Segundo Guilhon, há uma diferença entre as duas obras. Desta vez, houve uma preocupação maior com a metodologia de pesquisa, e não apenas a reunião de textos opinativos elaborados por conhecedores do tema. Disso resultou um livro acadêmico para quem já fez ou pretende fazer da carreira diplomática sua opção profissional. Não obstante, qualquer interessado no assunto encontrará uma leitura acessível, que lhe permitirá compreender melhor o intrincado mundo das disputas entre países.

TRÊS PILARES, NENHUMA BASE

Com sua reconhecida experiência, o professor José Augusto Guilhon Albuquerque chama a atenção para alguns aspectos que considera relevantes. O leitor desse importante livro terá a oportunidade de entrar em contato com todo esse universo. Vamos adiantar três pontos que se destacam pela abrangência e pela atualidade:

1. O Brasil sem inimigos.

Parece óbvio para nós, brasileiros, acostumados a ver invasões, ataques e guerras pelos meios de comunicação. Alguns desses episódios recebem tratamento privilegiado na sua divulgação, como o conflito na Ucrânia. Outros entram para uma rotina de horror contido, como a insolúvel crise entre Israel e os palestinos. Afora, dezenas de golpes militares sangrentos em países escondidos no mapa escolar, em sociedades pré-capitalistas dominadas por líderes tribais.

Diz Guilhon: “A política externa deve ser definida em relação àquilo que é vital. Qual é nosso inimigo vital, nosso obstáculo

vital? Qual é nossa ameaça? O Brasil, por uma série de razões, não tem ameaças, não tem inimigos. Não existe em nosso entorno nenhum país que tenha interesse, nem poder, para nos ameaçar. E, no mundo, quem tem poder não tem interesse (nem os EUA)”. Claríssimo, não? Isso nos leva ao segundo pilar sem base.

2. O Brasil sem Livro Branco.

Não existe um documento oficial sobre a política externa brasileira, com prioridades concretas, como há nos principais países, com a definição de potenciais ameaças e ambições específicas.

Diz Guilhon: “Mais grave é a ausência de um Livro Branco como paradigma de uma das mais respeitadas diplomacias internacionalmente. A tentativa, estranhamente tardia do Itamaraty, de redigir e publicar um primeiro Livro Branco ao longo do ano de 2014, simplesmente gorou”. Resultado: uma “falha insuperável” às principais ameaças à nossa existência como nação livre e independente, na medida em que se pode escrever qualquer coisa a qualquer momento para atender a qualquer objetivo particular em nome de um suposto interesse nacional.

Sem Livro Branco, vale a pena lembrar quais são as normas da Constituição Federal de 1988:

“Art. 4º – A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I – independência nacional;
- II – prevalência dos direitos humanos;
- III – autodeterminação dos povos;
- IV – não intervenção;
- V – igualdade entre os Estados;
- VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;
VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;
IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
X – concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

3. O Brasil sem acordos reais.

Aponta-se aqui um fenômeno comum aos tempos modernos da comunicação de massa, em que as aparências são cada vez mais planejadas, preparadas e manipuladas para criar uma sensação de realidade que não corresponde ao que efetivamente ocorre na prática. Há décadas que os principais países deixaram de expor publicamente seus documentos estratégicos (se é que alguma vez o fizeram plenamente), e ingressaram numa “diplomacia midiática”, na qual se trocam mensagens cifradas, recados, pela imprensa, buscando sensibilizar a opinião pública.

Diz Guilhon: “Existe uma ausência de programas concretos decorrentes dos grandes compromissos das visitas presidenciais aos eventos plurilaterais. O presidente faz uma viagem, assina vários documentos, mas não

há nenhum acordo efetivo, depois de anos de negociação. É muito mais coisa simbólica que de fato. Não há sequência às dezenas de milhares de papéis empilhados, muitos deles com pomposos nomes de protocolo ou carta de intenções”.

Algumas frases se tornam definitivas. Na área diplomática, John Foster Dulles, chanceler do presidente americano Dwight Eisenhower nos anos 1950, deu uma aula de pragmatismo: “Países não têm amigos, países têm interesses comuns”.

Os futuros diplomatas brasileiros, que muito se beneficiarão desse livro, têm a oportunidade de conciliar conhecimento teórico com lições práticas, como acima mencionadas, e a constatação de que, no Brasil, a política externa representa o equilíbrio entre o poder superior (governo), a sociedade (sobretudo a parte da elite que valoriza essas questões) e a corporação que executa as políticas determinadas.

Leiam e fiquem com as palavras com que o professor Guilhon fecha o livro: “Que este árduo trabalho investigativo da história contemporânea de vinte e cinco anos de nossa política externa contribua para a literatura acadêmica nacional e estrangeira sobre os percalços e avanços de nossa relação com o mundo”.